

Iluminando a Justiça

Há um mês entonou-se em prosa de estilos variados a posse da Dra. Regina Helena Afonso de Araújo Portes como Juíza do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Como todo fato, teve interpretações diversas: observamos facções exageradamente paternalistas, acirradamente feministas e os moderados entendendo ser a competência da pessoa a grande laurêda, independentemente de sexo.

É bem verdade que se em todos estes anos nenhuma mulher chegou, no Paraná, à Segunda Instância, não se deveu à falta de profissionais capacitadas.

O Estatuto da Mulher já é balzaquiano, a Constituição de 88 aboliu toda e qualquer discriminação, mas certos redutos da sociedade, em alguns casos e setores, na prática, remontam quase que ao Antigo Testamento, desencorajando, muitas vezes, a busca de horizontes pelas aptas a vãos mais altos. Nada mais correto que competir à Justiça os pioneirismos denotadores dos novos tempos tornando-se bússola norteadora dos segmentos ainda radicais ou retrógrados.

A quem imputar a paternidade da conquista: à vitória da luta pela igualdade da mulher em si, da profissional, do momento político, ou

da superioridade oriunda de exaustivo trabalho? Pela importância da ocorrência o simplismo deve ser eliminado.

Se até agora nenhuma advogada granjeou tal posição não obstante o grande número de militantes é evidente que Regina Helena merece aplausos em superlativo absoluto.

Reconhecida pelo seu trabalho e seriedade numa época de valorização do misticismo, não podemos olvidar a origem grego-latina de seus nomes que talvez tenham-na impulsionado a obter este êxito do qual todas partilhamos. Com efeito, Regina, do latim rainha, tem como segundo componente o Hele-

Margareth Zanardini

na, proveniente do grego: tocha, luz, sol.

É incontestável que a conquista é da dignidade pessoal e competência profissional, insuportáveis a gênero. Mas não há como deixar de se fazer uma elegia pela espera de tantos anos das juristas paranaenses até que isso acontecesse.

A esta cabeça dourada externa e internamente coube o papel da abelha rainha encontrando um lugar ao sol na Justiça de 2º grau tanto como o fez na colmeia de nosso órgão classista.

Com certeza, em pouco tempo, outras obreiras a seguirão.

(Margareth Zanardini, advogada)